

- Century Modernity Worldwide". Department of Anthropology. Rice University, Houston, Texas 77251.
- MAUSS, Marcel. *Sociologie et anthropologie*. Paris, Quadrige/PUF, 1985. (1ª ed: 1950).
- PEIRANO, Mariza. "O encontro etnográfico e o diálogo teórico". *Anuário Antropológico 1985*. Tempo Brasileiro/UnB
- SAHLINS, M. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1979.
- SAHLINS, Marshall. Cosmologias do capitalismo: o setor trans-pacífico do 'sistema mundial'. *ANAIIS DA ABA. XVI Reunião Brasileira de Antropologia*. Campinas, SP, 27 a 30 de março 1988.
- TRAJANO FILHO, Wilson. Que barulho é esse, o dos pós-modernos?. *Anuário Antropológico 86*. Tempo Brasileiro.

A CIÊNCIA POLÍTICA NA ATUALIDADE*

Celi Regina Jardim Pinto

Eu gostaria de começar parabenizando o Mestrado de História. Creio que realmente esta é uma oportunidade privilegiada, particularmente em um aspecto: há muita gente conhecida neste auditório, mas há também muita gente nova. Para qualquer um de nós, que trabalha na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é um motivo de extremo prazer saber que, em algumas oportunidades, promoções acadêmicas conseguem fazer com que aqueles que estão fora dos muros da universidade venham aqui discutir conosco temas que estamos trabalhando. Por isto acho realmente que esta é uma situação privilegiada tanto para nós como para nossos alunos que estão misturados no meio de tantas caras novas.

Para dizer a verdade, quando fui convidada e vi o título da intervenção – acho "intervenção" menos comprometedora que "palestra" – A CIÊNCIA POLÍTICA NA ATUALIDADE, me achei muito pequena frente ao título, que afinal era uma coisa muito pomposa. Veio-me à mente uma avaliação do estado da arte, uma coisa portanto muito complexa. Começando então a pensar, voltei àquilo que os americanos adoram evocar atualmente, os "pais fundadores" e na ansiedade de encontrar o fio da meada para dizer alguma coisa com sentido, comecei a folhar o "pai fundador" da Ciência Política, um senhor que atende pelo nome de Maquiavel. E comecei folhando o seu famoso texto *O Príncipe* que é um dos de leitura mais prazerosa, pois a cada página que se abra, sem nenhuma preocupação, encontra-se alguma coisa absolutamente atual, chega a ser atual até no incrível fisiologismo de Maquiavel se apresentando a Lourenço de Medici nas primeiras páginas.

Maquiavel dá uma razão nobre para o fato de ter escrito o livro e é a partir dela que eu quero começar a discutir algumas questões aqui.

Celi Regina Jardim Pinto é professora do Departamento Ciência Política, PPG em Ciência Política e CPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
* Comunicação apresentada no Curso de Extensão *História, hoje* / CPG História/UFRGS/ 1993.

Vou dividir minha fala em dois momentos: num primeiro momento, quero colocar algumas poucas idéias sobre este parágrafo de Maquiavel e num segundo momento, vou tratar de discutir algumas questões da Ciência Política na atualidade, tendo por referência a questão brasileira e tentando fazer um elo entre ela e a Ciência Política.

Ao explicar sua intenção ao escrever *O Príncipe*, Maquiavel diz o seguinte:

Por que foi minha intenção, que por nenhum outro motivo seja ela aparecida, a não ser pela variedade da matéria e a gravidade do tema. Nem quero que se repete como presunção que um homem do baixo estado se atreva a doutrinar sobre o governo dos príncipes. Porque assim como aqueles que desenham os mapas têm um país se colocam numa planície para poderem fixar a natureza dos montes e dos lugares altos, e para considerar a dos lugares baixos sobem aos montes, assim também para conhecer a natureza dos povos é preciso ser um príncipe e para bem conhecer a natureza dos príncipes é preciso ser povo.

Maquiavel coloca aqui um dilema encantador e que me parece extremamente atual. Ele diz que aqueles que desenham os mapas - e nós sabemos a importância do desenho dos mapas no tempo de Maquiavel - tem que subir aos montes para poder desenhar as planícies e tem que chegar às planícies para conseguir perceber a altitude e o volume dos montes. Ou seja, existem duas perspectivas. E ele faz um belíssima metáfora quando diz que os príncipes precisam conhecer os povos e os povos precisam conhecer os príncipes. Talvez os príncipes atualmente pensem que devam só se conhecer, mas isto é outra questão...

O fazer dos cientistas políticos tem sido construir instrumentos para analisar como o príncipe e os povos buscam se conhecer. O príncipe busca conhecimento para aumentar seus recursos de poder; os povos, para aumentar seus recursos de liberdade.

Esta não é uma guerra nem se está falando em revolução, mas na constante tensão ao redor da qual a sociedade moderna organiza as relações de poder, institucionalizando-as de forma tal para que o poder político por excelência, isto é, o poder de monopolizar legítima ou legalmente a violência seja constantemente regulado.

Maquiavel, em sua formidável lucidez, coloca para os cientistas políticos contemporâneos um perverso dilema: existem as planícies e os montes, existem, portanto, para usar o vocabulário da moda, diferentes olhares. Para solucionar este dilema, é preciso admiti-lo como tal, ou seja, admiti-lo como dilema, assumi-lo como parte constituinte da análise científica. Podemos ter como objeto o príncipe e/ou os povos, pou-

co importa, mas sempre estaremos vendo como cientistas sociais a partir das planícies ou nos montes.

O século vinte pós-guerra complica ainda mais o dilema proposto por Maquiavel: os montes e as planícies perderam sua fixidez. Se no século XVI era simples localiza-los, no final do século XX as planícies e os montes muitas vezes mudam de lugar, se multiplicam, se transformam. Quando pensamos estar nas planícies, estamos nos montes e surpreendentemente quando pensamos estar nos montes e levantamos os olhos, nos damos conta de que estamos na planície. Talvez o maior problema que a Ciência Política enfrenta na análise da sociedade contemporânea é que ela necessita fixar de alguma forma os montes e as planícies e a dinâmica da própria luta política confunde os planos. Este não é um problema particular da Ciência Política; ele talvez seja uma das razões da enfadonha, cansativa, repetitiva discussão sobre a "crise dos paradigmas".

O movimento dos montes e das planícies é uma forte sinalização para se pensar também a questão da interdisciplinaridade, mas isto é outro problema sobre o qual borbulham tantas idéias e tantas bobagens que vou deixar de fora para não dizer apenas mais uma.

É dentro desta perspectiva que gostaria de discutir a metáfora de Maquiavel, que não é "maquiavélica"... Ela é extremamente interessante por duas perspectivas: uma, porque nos leva a pensar na questão fundamental que é a das relações de poder; outra, talvez mais geral e fundamental que é a da posição do cientista social em geral e do cientista político em particular, frente a questão social que ele pretende analisar. Assim, a idéia que pretendo desenvolver aqui é que não existe um "olhar privilegiado", fora das planícies ou dos montes, para fazer qualquer análise de Ciência Social, ou, especificamente, de Ciência Política e este é um dos grandes dilemas que enfrentamos. Quando algumas vezes nos colocamos cientificamente de fora, como que conseguindo enxergar tudo, possivelmente nós não estamos na planície, pois da planície não se enxerga tudo. Nós estamos em um lugar muito privilegiado e achamos que podemos analisar tudo de forma muito clara.

É interessante pensar estas questões em relação à Ciência Política brasileira do período da ditadura para cá. Quando começamos a baixar os livros das prateleiras e observamos a Ciência Política desde a década de 70 até nossos dias, notamos dois momentos claros: se fazia a análise do estado autoritário e depois se começou a fazer a análise da invenção do estado democrático. É interessante que se pode ver o momento onde está o rompimento. Em um momento se fez a análise do estado autoritá-

rio e hoje, se observamos a grande produção da ciência política, vamos ver que não existe a análise do estado democrático, mas da invenção do estado democrático. Estas observações mostram uma outra característica muito visível da Ciência Política (que muitas vezes foi acusada por isto): sua grande tendência a estar colada na conjuntura, ser um conhecimento de conjuntura.

Enquanto cientistas políticos europeus e americanos no fim da década de 70 e início da de 80 discutiam a questão da guerra fria e o tema das relações internacionais era fundamental para eles, nós na América Latina acompanhados por cientistas sociais espanhóis, discutíamos o estado autoritário. Na realidade, esta é uma característica muito definidora do que é Ciência Política: ela busca a história mas está muito relacionada à conjuntura e durante os anos 70, vamos ter uma imensa produção de análises do estado autoritário tanto no Brasil como fora dele.

Não é para menos que uma das proeminentes figuras da Ciência Política que trabalha este tema é Juan Linz, que é espanhol e que começou a discutir o estado espanhol. Nós temos uma quantidade de cientistas políticos e cientistas sociais na América Latina em geral e no Brasil em particular que discutiram o estado autoritário. Com raríssimas exceções, a grande maioria daqueles que discutiam o estado autoritário na América Latina e a maioria daqueles que discutiam o estado autoritário no Brasil tinham uma posição muito clara frente a planície e ao monte. É uma produção rica e abundante. Havia uma posição clara de quem trabalhava com Ciência Política, mesmo entre brasilianistas como Alfred Stepan que foi declarado "persona non grata" pelo governo brasileiro: a análise política era feita para buscar brechas de superação do estado autoritário e isto fez com que essas análises trabalhassem muito próximas dos historiadores. Por exemplo, ao abrir alguns volumes da *História geral da civilização brasileira*, constatamos que a história do Brasil estava sendo escrita por cientistas políticos e sociólogos. Não se estaria fazendo a tão famosa interdisciplinariedade que hoje consideramos, junto com a mudança dos paradigmas, a grande panacéia que resolverá todos nossos problemas analíticos?

Na década de 70, a imensa necessidade de explicar o que estava acontecendo na América Latina fez com que cientistas sociais e cientistas políticos fossem buscar tanto na história como na economia as bases para suas análises. Vemos, por exemplo, em 1976, M. do Carmo Campello de Souza escrever seu clássico livro sobre os partidos políticos no Brasil de 1930 a 1964 onde faz uma bela análise de toda a histó-

ria partidária brasileira. Um pouco antes, ela também escreveu um clássico artigo sobre os partidos na República Velha em um livro que todo o mundo conhece, *Brasil em perspectiva* e, faça-se justiça ao livro, é uma das belas coletâneas que se fez até hoje sobre a história brasileira.

Dai que, na realidade, nós temos cientistas sociais e cientistas políticos como Maria do Carmo preocupados com o esfacelamento do sistema político-partidário brasileiro, com o advento do estado autoritário, da ditadura militar, buscando explicações para isto na história do país. É interessante, pois se pode fazer uma lista de obras com estas características. Na *História geral da civilização brasileira*, vamos ver Paulo Sérgio Pinheiro, cientista político da maior relevância neste país no momento, escrevendo um belíssimo texto sobre a história da classe média no Brasil chamado *Formação das classes médias no Brasil*. No mesmo volume, José Murilo de Carvalho escreve a *História das Forças Armadas* e aí mesmo ainda encontramos um dos textos mais clássicos sobre a história da república no Brasil, que é o texto sobre a formação do pensamento político autoritário de Bolívar Lamounier. Continuando a lista, vemos que Florestan Fernandes escreveu sobre a revolução brasileira e Ianni e Weffort sobre o populismo. Assim temos um momento em que as Ciências Sociais em geral e a Ciência Política em particular tinham que recorrer à História para explicar o fenômeno do autoritarismo. E se acrescentamos os autores que foram buscar na Economia as razões explicativas do estado autoritário como Carlos Estevão e Luciano Martins, então podemos falar de um momento de uma verdadeira interdisciplinariedade, não porque era simplesmente a fórmula mágica brotada do desespero frente a nossa incapacidade de entender o que está acontecendo no mundo neste final de século, mas porque era a única forma realmente de entender aquele momento.

Quando ultrapassamos esta fase e vemos o que aconteceu na época da redemocratização, temos um fenômeno interessante e distinto. Se antes da redemocratização a história do país era muito rica em explicações de como as forças em luta chegaram a década de 60, de como estas forças se enfrentaram e também para entender a raiz destas lutas e os que trabalhavam naquele momento estavam muito preocupados em buscar as raízes e descobrir onde estavam os nós das relações de poder, quando chegamos ao fim da década de 80 e temos a questão da redemocratização, parece algumas vezes que a história não consegue mais dar explicações. Na realidade, deixamos de buscar na história as razões para este tipo específico de "democratização" que se fez no país, democratização entre milhares de aspas e se começa a buscar outro tipo

de análise, a da política comparada. E com que vai se comparar a América Latina? Com o caso espanhol, um caso bem sucedido, do qual falam desde cientistas políticos dos mais renomados até o senhor José Sarney. Nós fomos invadidos no período do governo Sarney por análises e produções acadêmicas sobre a questão da redemocratização a partir da idéia de pacto social.

Esta palavra não foi inventada do nada nem foi buscada através de uma análise da história do país. Temos uma nova conjuntura internacional e temos uma nova forma de analisar a política e o que fazemos é buscar exemplo no bem sucedido caso espanhol (sempre evidentemente esquecendo que de uma forma prática a Espanha fica na Europa e a Europa tem a comunidade européia interessada em fazer dela um grande país do primeiro mundo). Aliás, sempre esquecemos de analisar como as forças políticas chegaram ao pacto e começamos diretamente a fazer análises comparadas.

A questão é que nesse momento nós temos uma premissa por parte daqueles que analisam a situação política brasileira, a conjuntura brasileira: nenhuma das forças que estavam anteriormente envolvidas na política pode ficar de fora; o pacto não exclui nenhuma das forças e quando não se exclui nenhuma das forças, não se pode analisar aquele momento pensando em buscar na história a fonte das constantes lutas de poder que formam este país. Porque é o momento em que se pensa que todas as forças políticas e sociais, sejam elas o quais sejam, tivessem que papel tivessem durante o estado autoritário, agora devem ter lugar no pacto social. Frente a isto a análise do cientista deve levar em consideração dois aspectos:

Um primeiro diz respeito à necessidade de introduzirmos a questão histórica na análise da construção do pacto. O novo pacto social ou de governabilidade não pode ser visto como um quebra-cabeça onde a solução se reduz a habilidade ou a vontade política dos participantes. Se esta, sem dúvida tem papel fundamental, não menos fundamental é conhecer as condições de possibilidade histórica de uma solução como esta.

Um segundo aspecto a ser considerado quando analisamos este tipo de situação é o da própria crise dos paradigmas das Ciências Humanas. Na realidade, nós tínhamos todas as certezas quando analisávamos o estado autoritário, todas as certezas sobre onde estavam os montes e as planícies, mas começa haver, pelo próprio movimento da história, uma fragmentação tão grande que se começa a perder as certezas, os lados algumas vezes se confundem. A tarefa é agora mais árdua.

Esta é uma questão que tem que ser vista de forma muito cuidadosa, porque dizer rapidamente como eu estou dizendo, que nós perdemos o olhar, é dar um atestado de perdão e de fragilidade à ciência da qual estou falando, e eu acho que o caso não é este. Parece-me que há uma imensa distinção entre se pensar que as relações de poder não são fixas, que elas possuem dinâmicas, se movimentam e, diferentemente, pensar que já que é assim, não existem mais relações de poder e portanto, temos que considerar todos como diferentes e ao mesmo tempo todos como iguais.

Dai decorre a dificuldade que temos, na década de 80, de fazer as análises das relações de poder que nos são colocadas, da questão do Estado que nos é colocado, da questão da apropriação do Estado da forma mais privatizante possível como é o caso do Brasil. O que urge é um trabalho de redescoberta e este é árduo: -, onde, na realidade estão as relações de poder? Pode ser até que tenhamos uma grande surpresa depois desta árdua tarefa de ver que elas estão no lugar em que sempre estiveram. Não é muito difícil pensar nesta possibilidade: lá pelas tantas negamos aquelas relações de poder tão claras que identificávamos entre estado autoritário perverso e uma população assustada com ele. Será que não estamos frente a uma situação muito parecida?

Depois quando nós chega nos a esta fase chamada democrática, nós esquecemos de buscar as relações de poder e começamos a analisar esta democracia como se ela fosse um valor universal, alguma coisa que não precisa ser discutida em termos analíticos, uma premissa da qual nós partimos com muita tranquilidade: a democracia é a benção dos povos.

Esta é uma questão que se torna muito complicada quando se pensa em América Latina, porque se nós temos que inventar uma democracia é porque nós não temos uma democracia, e aí eu retorno a questão que coloquei antes, quando dizia que uma coisa era a análise do estado autoritário, outra era a invenção do estado democrático e se nós, enquanto cientistas sociais somos inclusive chamados muitas vezes a intervir nesta invenção, nós temos - e esta é para mim uma das questões fundamentais - de manter o olhar, a perspectiva que tínhamos lá na década de setenta. Só porque os partidos estão nas ruas, só porque a Folha de São Paulo pode denunciar uma vez por dia que a esposa do deputado foi comprar açúcar no super-mercado com o carro oficial, isto não quer dizer que as relações de poder no país não continuam tão ou mais violentas e fortes do que foram na época do estado autoritário. E é interessante como grande parte da ciência social embarcou nesta "canoa fura-

da” de pensar que agora nós temos um pacto democrático, agora temos uma democracia representativa que garante cidadania e o que temos que discutir é como fazê-la funcionar.

É extremamente trágico pensar que nós podemos estar lutando por uma democracia representativa que garanta a cidadania e quando nós realmente conseguirmos a garantia da cidadania, nos darmos conta de que este país não tem mais cidadãos. Nós estamos lutando para construir um pacto e a intervenção dos cientistas políticos é muito forte para a construção, para a invenção da democracia. Nós temos os instrumentos para intervir nesta invenção. Só que me parece que um dos grandes riscos que se corre é que, ao estarmos tão preocupados em montar esta democracia garantidora da cidadania, estejamos nos esquecendo de que o país está sumindo, desaparecendo e que na realidade nós, cientistas políticos, não podemos mais ignorar que os militares fazem planos para invadir as favelas do Rio de Janeiro. Hoje está noticiado na *Zero Hora* e na *Folha de São Paulo* – para quem quiser ver – planos fantásticos de guerrilha, armados com aquelas palavras assustadoras, tão conhecidas daqueles que viveram as décadas de 60 e 70 no Brasil. Nós estamos diante da seguinte situação: são relações de poder que nós, cientistas políticos, temos que analisar e, no entanto, nos encontramos extremamente preocupados com questões “importantes” como quanto por cento de votos seria necessários em cada estado somados a quantos estados para que um partido político obtivesse seu registro definitivo no TSE. E então nos temos uma mesa de cientistas sociais onde um fica no quadro-negro duas horas dizendo que tem que ser 3,4% em sete estados e outros ficam, dizendo que deve ser 3,2% em oito. Isto acontece. Ou então a questão do sistema eleitoral. É extremamente injusta aquela famosa história que S. Paulo precisa de não sei quantas mil pessoas para eleger um deputado federal, enquanto em Roraima meia dúzia de pessoas é suficiente. E aí acontece aquela circunstância estranhíssima, -e nós, cientistas sociais, muitas vezes nos deixamos levar- do governador do Estado do Rio Grande do Sul fazer um projeto para tornar justa a representação e todo mundo acha que o governador do Estado está finalmente colocando de novo o Rio Grande do Sul de pé pelo Brasil. E então, quando se fazem as contas, o que se verifica é que se existe um estado na Federação Brasileira que tem total justiça na sua representação, matematicamente falando, este estado se chama Rio Grande do Sul. Em qualquer das reformas propostas, o RGS ficará exatamente com o mesmo número de deputados.

Estas questões não são menores: é evidente que este país precisa

de uma reforma eleitoral, de uma reforma partidária etc, mas se nós não temos elite nem ética política que nos agradam não é porque não tenhamos leis partidárias. É porque as questões estão nas formas de apropriação do público, estão nas formas de apropriação da propriedade neste país, estão nas formas de apropriação da própria nacionalidade. E estas questões temos que analisar porque é extremamente perigoso neste momento que nós, cientistas políticos, comecemos a achar que fazendo uma reforma eleitoral, que se todo o mundo tiver o mesmo número de deputados no Congresso Nacional, nós vamos resolver a imensa disparidade entre o sul e o norte etc. Ou que com o fim da estabilidade, o funcionalismo público será extremamente competente com a ameaça de perder o emprego. Ou, ainda, que fazendo a reforma partidária, constituiremos partidos imunes a corrupção e a fisiologia.

Tudo isto é importante, é evidente que devem haver fórmulas de regulamentar a questão político partidária no país. Em qualquer país do mundo existem estas fórmulas. Mas elas não podem substituir a análise das relações de poder no país.

Emfim, não podemos nos iludir com a “engenharia política”; não podemos pensar que se nós construirmos instituições políticas fortes nós construiremos relações de poder estáveis e justas.

Para terminar, eu gostaria de chamar atenção para este pecado de nascimento da Ciência Política que é sempre estar escrevendo sobre a conjuntura e para a dificuldade que a Ciência Política tem de pensar esta conjuntura de forma menos colada na própria luta que a constitui. E me parece que esta é uma das questões que tem que ser enfrentadas pelos cientistas políticos, pois se não as enfrentarmos, correremos o risco de ficar analisando detalhes institucionais ou a relação do síndico do prédio com os condôminos, enquanto o país está indo por água abaixo.

da” de pensar que agora nós temos um pacto democrático, agora temos uma democracia representativa que garante cidadania e o que temos que discutir é como fazer-la funcionar.

É extremamente trágico pensar que nós podemos estar lutando por uma democracia representativa que garanta a cidadania e quando nós realmente conseguirmos a garantia da cidadania, nos darmos conta de que este país não tem mais cidadãos. Nós estamos lutando para construir um pacto e a intervenção dos cientistas políticos é muito forte para a construção, para a invenção da democracia. Nós temos os instrumentos para intervir nesta invenção. Só que me parece que um dos grandes riscos que se corre é que, ao estarmos tão preocupados em montar esta democracia garantidora da cidadania, estejamos nos esquecendo de que o país está sumindo, desaparecendo e que na realidade nós, cientistas políticos, não podemos mais ignorar que os militares fazem planos para invadir as favelas do Rio de Janeiro. Hoje está noticiado na *Zero Hora* e na *Folha de São Paulo* – para quem quiser ver – planos fantásticos de guerrilha, armados com aquelas palavras assustadoras, tão conhecidas daqueles que viveram as décadas de 60 e 70 no Brasil. Nós estamos diante da seguinte situação: são relações de poder que nós, cientistas políticos, temos que analisar e, no entanto, nos encontramos extremamente preocupados com questões “importantes” como quanto por cento de votos seria necessários em cada estado somados a quantos estados para que um partido político obtivesse seu registro definitivo no TSE. E então nos temos uma mesa de cientistas sociais onde um fica no quadro-negro duas horas dizendo que tem que ser 3,4% em sete estados e outros ficam, dizendo que deve ser 3,2% em oito. Isto acontece. Ou então a questão do sistema eleitoral. É extremamente injusta aquela famosa história que S. Paulo precisa de não sei quantas mil pessoas para eleger um deputado federal, enquanto em Roraima meia dúzia de pessoas é suficiente. E aí acontece aquela circunstância estranhíssima, -e nós, cientistas sociais, muitas vezes nos deixamos levar- do governador do Estado do Rio Grande do Sul fazer um projeto para tornar justa a representação e todo mundo acha que o governador do Estado está finalmente colocando de novo o Rio Grande do Sul de pé pelo Brasil. E então, quando se fazem as contas, o que se verifica é que se existe um estado na Federação Brasileira que tem total justiça na sua representação, matematicamente falando, este estado se chama Rio Grande do Sul. Em qualquer das reformas propostas, o RGS ficará exatamente com o mesmo número de deputados.

Estas questões não são menores: é evidente que este país precisa

de uma reforma eleitoral, de uma reforma partidária etc., mas se nós não temos elite nem ética política que nos agradam não é porque não tenhamos leis partidárias. É porque as questões estão nas formas de apropriação do público, estão nas formas de apropriação da propriedade neste país, estão nas formas de apropriação da própria nacionalidade. E estas questões temos que analisar porque é extremamente perigoso neste momento que nós, cientistas políticos, comecemos a achar que fazendo uma reforma eleitoral, que se todo o mundo tiver o mesmo número de deputados no Congresso Nacional, nós vamos resolver a imensa disparidade entre o sul e o norte etc. Ou que com o fim da estabilidade, o funcionalismo público será extremamente competente com a ameaça de perder o emprego. Ou, ainda, que fazendo a reforma partidária, constituiremos partidos imunes a corrupção e a fisiologia.

Tudo isto é importante, é evidente que devem haver fórmulas de regulamentar a questão político partidária no país. Em qualquer país do mundo existem estas fórmulas. Mas elas não podem substituir a análise das relações de poder no país.

Emfim, não podemos nos iludir com a “engenharia política”; não podemos pensar que se nós construirmos instituições políticas fortes nós construiremos relações de poder estáveis e justas.

Para terminar, eu gostaria de chamar atenção para este pecado de nascimento da Ciência Política que é sempre estar escrevendo sobre a conjuntura e para a dificuldade que a Ciência Política tem de pensar esta conjuntura de forma menos colada na própria luta que a constitui. E me parece que esta é uma das questões que tem que ser enfrentadas pelos cientistas políticos, pois se não as enfrentarmos, correremos o risco de ficar analisando detalhes institucionais ou a relação do síndico do prédio com os condôminos, enquanto o país está indo por água abaixo.